

Demandas e desafios no atendimento socioassistencial a jovens na Amazônia Marajoara

Demands and challenges in the social assistance services for youth in the Marajoara Amazon

Raquel Correia de Oliveira*  
Roselene de Souza Portela**  

Resumo: Este artigo analisa as demandas das juventudes e as dificuldades para sua inserção como sujeitos de direito nos programas, serviços e projetos desenvolvidos pelos Centros de Referência da Assistência Social de Breves, no Marajó/PA. A pesquisa, de natureza qualitativa, fundamenta-se na teoria social crítica, com base na tradição marxista. Para a produção dos dados empíricos, utilizou duas técnicas: a observação sistemática e oito entrevistas semiestruturadas com profissionais e jovens usuárias dos CRAS. A análise se deu por meio da análise de conteúdo, na modalidade temática. Os resultados evidenciam a urgência da participação juvenil no planejamento das ações - atualmente centralizado na gestão municipal - e a necessidade de um trabalho intersetorial que amplie o acesso às políticas sociais. A identificação dos CRAS como espaços de promoção de direitos contribui para pesquisas futuras, além de subsidiar o debate sobre a demanda pela efetivação de políticas públicas para a juventude.

Palavras-chaves: Juventudes; Proteção social; Assistência Social.

Abstract: This article examines the needs of young people and the challenges they face in being recognized as subjects of rights within the programs, services, and projects carried out by the Social Assistance Reference Centers (CRAS) in Breves, located in the Marajó region of Pará. The qualitative study is grounded in critical social theory, drawing on the Marxist tradition. To produce the empirical data, two techniques were used: systematic observation and eight semi-structured interviews with professionals and young female CRAS users. The analysis was conducted using thematic content analysis. The results highlight the urgent need for youth participation in planning activities - currently centralized within municipal management - and the importance of intersectoral work to broaden access to social policies. Identifying the CRAS as spaces for the promotion of rights contributes to future research and supports ongoing debates on the need to implement effective public policies for youth.

Keywords: Youth; Social protection; Social Assistance.

* Universidade Federal do Pará. E-mail: raquelco@ufpa.br

** Universidade Federal do Pará. E-mail: roseleneportela@yahoo.com.br

Introdução

O presente trabalho é parte dos resultados de uma dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), em que foi realizado um estudo com profissionais que compõem as equipes técnicas dos CRAS e com jovens atendidas.

A partir da constituição da juventude como objeto de estudo, surge pela primeira vez a possibilidade de compreender processos que impactam de forma específica a vida dos(as) jovens. No entanto, como aponta Weisheimer (2009), o tema nunca se consolidou como campo de estudos capaz de mobilizar um grande número de pesquisadores e, por isso, não produziu conceitos compartilhados de forma consensual entre aqueles que se dedicaram a esse campo como disciplina. Para o autor, esses dois aspectos dificultaram a institucionalização da disciplina em larga escala. No entanto, esse cenário se alterou nas últimas décadas, fazendo com que a Sociologia da Juventude, como disciplina acadêmica e linha de pesquisa, experimentasse um grande impulso iniciado no século XXI (Weisheimer, 2009).

Nesse sentido, debate sobre as juventudes enquanto categoria social e sua interface com as políticas sociais, especialmente nas áreas que lidam com demandas específicas, ganhou relevância não apenas no âmbito governamental, mas também na academia, passando a figurar como um campo de estudos consolidado (Castro, 2009). Com o aumento dos estudos nos anos 2000, o(a) jovem como sujeito de direitos tornou-se o paradigma predominante (Castro, 2009).

No centro deste debate estão as políticas públicas sociais para as juventudes, em que o acirramento da (des)proteção social entre jovens da classe trabalhadora é o mote. Para Scherer (2015, p. 26), as políticas sociais “[...] devido ao sociometabolismo do capital, sob sua feição neodesenvolvimentista, acarretam um processo contínuo de (des)proteção social que, dialeticamente, movimenta o fetiche das juventudes como instrumento de desenvolvimento social”.

Sendo assim, as reflexões levantadas neste trabalho possibilitam compreender como a dinâmica de reprodução do capital, que impacta a vida de todo o conjunto de trabalhadores, potencializa, cada vez mais, a desigualdade social entre as juventudes. Desse modo, tem-se o intento de apresentar reflexões a respeito de como esse quadro de (des)proteção social se acentuou no contexto do capitalismo contemporâneo, considerando-o como resultado de uma sociabilidade que compreende os jovens enquanto segmento que deve ser controlado, de modo a cumprir com papéis pré-determinados.

Decidiu-se, assim, abordar a temática política social e juventudes, considerando a importância de adensar os debates que tratam de problemáticas relacionadas ao

recrudescimento da pobreza, violência, drogadição, desemprego estrutural, entre outros, que atingem o cotidiano dos(as) jovens (Scherer, 2013). Traz-se à baila a realidade marajoara, que também apresenta demandas relacionadas às violações de direitos, que são agravadas por desafios relacionados à extensão territorial e a estruturação desigual do capital nos territórios periféricos (Guimarães, 2021).

Contudo, por mais que os estudos ressaltem a importância de abordar a diversidade (Gershenson; Scherer, 2016), ainda existe um processo de mistificação presente em uma dualidade no entendimento do que é ser jovem. Ao mesmo tempo em que há uma exaltação da juventude, há também um movimento que atribui a ela uma série de problemas que devem ser foco de intervenções (Scherer, 2013).

As políticas públicas sociais têm dificuldade em promover ações que atendam às juventudes em suas particularidades (Costa, 2018). Desse modo, a relevância social deste estudo reside na possibilidade de discutir uma realidade que é invisibilizada. Por outro lado, oportuniza a produção de conhecimento a respeito do atendimento das juventudes pela Política de Assistência Social (PAS) e, a partir disso, contribui para que profissionais que atuam com jovens conheçam as demandas e as limitações do atendimento.

Questiona-se: como a PAS, por meio dos programas, serviços e projetos desenvolvidos nos CRAS do município de Breves, efetiva ações para os(as) jovens, que atualmente se apresentam enquanto sujeitos de direito com necessidades e anseios próprios das juventudes? O objetivo é conhecer as demandas dos(as) jovens e as dificuldades presentes na sua inserção enquanto sujeitos de direito nos programas, serviços e projetos desenvolvidos nos CRAS de Breves, localizado no Arquipélago do Marajó, estado do Pará.

Quanto à estrutura do artigo, após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico, que traz sínteses da literatura sobre juventudes e políticas sociais. Na sequência, apresentam-se as seções de método, resultados e discussão. Considerações finais e referências bibliográficas encerram o texto.

Contextualização histórica sobre juventudes

Para a compreensão das demandas dos(as) jovens e das dificuldades que surgem a partir de sua inserção enquanto sujeitos de direito das políticas sociais, é necessário, primeiramente, refletir sobre o conceito de juventudes, explicitando a complexidade presente nas construções que definem o que é ser jovem, bem como as divergências teóricas que surgem. Tal complexidade está relacionada ao fato de que não se trata de um grupo homogêneo de sujeitos, mas diverso em suas formas de existência.

Refletindo sobre a abordagem histórica do francês Phillippe Ariès (1981), Weisheimer (2009) afirma que, em síntese, a noção de juventude conhecida atualmente resulta de processos iniciados pela modernidade, que implicaram no crescimento da racionalização e da individualização das práticas sociais, promovendo a distinção entre a esfera privada (família) e a esfera pública (escola).

É nesse contexto que a juventude, enquanto categoria construída social e historicamente, se diferencia dos demais grupos etários, inicialmente no âmbito das elites entre os séculos XVII e XVIII, expandindo-se como fenômeno social por meio da nuclearização das famílias e da universalização do ensino para todas as classes sociais (Weisheimer, 2009).

Para Barbiani (2007), após a Segunda Guerra Mundial, a juventude passou a ocupar lugar de destaque em diversos campos, tais como: ciência, Estado, Igreja, mercado e mídia. Consolidou-se, então, um discurso jurídico, um discurso escolar e uma florescente indústria que reivindicaram a existência dos(as) jovens como sujeitos de direito e também como sujeitos de consumo.

Ao refletir sobre a juventude como questão social, Aquino (2009) afirma que, na contemporaneidade, isso ocorre a partir de duas abordagens. A primeira se dá pela via dos “problemas” geralmente associados aos(as) jovens – como a delinquência, comportamentos de risco e drogadição, entre outros – que demandam medidas de enfrentamento por parte da sociedade. Por outro lado, tradicionalmente, a juventude foi tematizada como uma fase transitória para a vida adulta, que exigia um esforço coletivo, principalmente da família e da escola, para “preparar o jovem” para se tornar um adulto ajustado e produtivo na sociedade (Aquino, 2009).

No entanto, de acordo com Scherer (2013), é necessário considerar as múltiplas determinações e expressões da juventude na atualidade e, para isso, é preciso pensá-la e referi-la no “plural”. Assim, o uso do termo “juventudes” não tem o objetivo de abranger todas as especificidades do segmento, mas identificar a existência de uma ampla gama de possibilidades (Pais, 1993 *apud* Esteves; Abramovay, 2008).

No interior das diferentes instituições observa-se que há um desconhecimento das juventudes enquanto categoria social, identificando-se a figura do(a) adolescente, o que acaba contribuindo para um processo de invisibilidade social. Ao refletir sobre isso, Scherer (2013, p. 25-26) argumenta que “[...] tem-se a necessidade de olhar para a universalidade da categoria juventudes e, ao mesmo tempo, olhar para as situações e demandas particulares, pois a realidade se mostra de modo diferente [...]”.

Para a construção de um conceito de juventude ancorado na perspectiva da diversidade, é preciso, em primeiro lugar, não a prender a critérios rígidos, mas considerá-la como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas no contexto social. A juventude integra um processo amplo de constituição de sujeitos, no qual estão presentes especificidades que marcam, de modo distinto, a vida de cada um (Dayrell, 2007).

Há uma tendência de definir juventude principalmente pela faixa etária, mas, conforme Esteves e Abramovay (2008), trata-se de uma construção social produzida pelas formas como a sociedade percebe os(as) jovens, articulando estereótipos, contextos históricos e diferentes condições de classe, gênero, etnia, grupo etc. Adota-se esse entendimento porque pensar as juventudes exige ir além do critério etário.

Políticas sociais e juventudes

Segundo Scherer (2015), há um contexto de (in)segurança que se apresenta de forma fragmentada, mas que tem como raiz comum a relação estrutural de produção e reprodução de valor no capitalismo contemporâneo. Para ele, a demanda por proteção social entre os(as) jovens é significativa, uma vez que os impactos dessa conjuntura são alarmantes.

Para Pereira (2016), o termo “proteção social” carrega um ardil ideológico ao sugerir um caráter sempre positivo, o que exige superar interpretações lineares sobre o tema. Isso porque a proteção social está inserida em uma totalidade contraditória própria da sociabilidade capitalista, podendo ao mesmo tempo responder a necessidades sociais e permanecer estruturalmente vinculada aos interesses das classes dominantes.

Nesse sentido, observa-se que ao longo do tempo as políticas sociais, que deveriam atuar na garantia de direitos, acabam assumindo um caráter neodesenvolvimentista e “[...] acarretam um processo contínuo de (des)proteção social que, dialeticamente, movimenta o fetiche das juventudes como instrumento de desenvolvimento social” (Scherer, 2015, p. 26).

Esse contexto se agrava com o aprofundamento da crise estrutural do capitalismo, em curso desde meados da década de 1970. Para Macário, Júnior e Silva (2016), essa crise teve origem em três dimensões internas do capitalismo, caracterizando uma tripla fratura: produção, consumo e circulação de produtos, o que evidencia limites intransponíveis ao grande capital, como o desemprego estrutural e a destruição dos recursos naturais.

Foi exigida, então, a adoção de novas estratégias para recuperação das taxas de lucro, com destaque para a reestruturação produtiva, a mundialização da economia e o ajuste neoliberal, os quais impulsionaram uma nova sociabilidade e uma nova política (Yazbek, 2010).

Os processos de “reforma” do Estado, decorrentes dos planos de ajuste estrutural, principalmente na década de 1990, são representativos desse período e adotam as determinações da agenda neoliberal (Behring, 2003).

De acordo com Iamamoto (2012), houve um processo de mundialização do capital que impulsionou a generalização das relações mercantis, com um redimensionamento das lutas sociais, resultando em uma conjuntura de regressão de direitos sociais e políticas públicas correspondentes, afetando até mesmo as condições e relações sociais.

Para Macário, Júnior e Silva (2016), o projeto neoliberal implementado na América Latina articulou o capitalismo dependente latino-americano às novas exigências do capital imperialista em um cenário de crise estrutural. Esse projeto seguiu um conjunto de orientações políticas e macroeconômicas formuladas no âmbito do Consenso de Washington, com ajustes no campo econômico, político e ideológico, sob a justificativa de modernizar e dinamizar as economias locais para competir no mercado mundial.

Em tempos de avanço do ultraneoliberalismo, as políticas sociais sofrem os impactos dos cortes orçamentários realizados com o objetivo de conter a crise fiscal do Estado, o que acaba por precarizar os serviços prestados à população mais vulnerável. Ao analisar os impactos dessas ações no campo social, observa-se que “[...] os resultados foram ainda mais desastrosos, por causa da vertiginosa concentração de renda nas frações mais ricas das classes dominantes locais e forâneas, aumentando a desigualdade, além de ter precipitado índices alarmantes de desemprego, pobreza e violência” (Macário; Júnior; Silva, 2016, p. 128).

Esse contexto de incertezas também afeta as juventudes, pois “[...] a contenção salarial, somada ao desemprego e à instabilidade do trabalho, acentua as alterações na composição da força de trabalho, com a expansão do contingente de mulheres, *jovens*, migrantes, minorias étnicas e raciais, sujeitos ao trabalho instável e invisível, legalmente clandestino” (Iamamoto, 2012, p. 119, grifo nosso).

A questão social assume novas roupagens, destacando-se uma enorme fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais. Nesse contexto, os(as) trabalhadores(as) são os principais atingidos, uma vez que “[...] além do segmento masculino adulto de trabalhadores urbanos e rurais, penalizam-se os velhos trabalhadores, as mulheres e as novas gerações de filhos da classe trabalhadora, *jovens* e *crianças*, em especial negros e mestiços” (Iamamoto, 2012, p. 145, grifo nosso).

Partindo dessas reflexões, considera-se a existência de uma conjuntura de (des)proteção social para as juventudes brasileiras, uma vez que há um crescimento exponencial no número de jovens que têm seus direitos violados, e as políticas sociais que deveriam garantir proteção

e acesso às condições materiais para seu pleno desenvolvimento, acabam por reproduzir ações focalizadas e de pouca qualidade.

Nossa compreensão de política social está ancorada em Pereira (2016, p. 79), que a define como “processo de desenvolvimento e implementação de medidas geridas pelo Estado e demandadas pela sociedade como direitos devidos para suprir necessidades sociais e promover o bem-estar dos cidadãos”.

Percorso metodológico da pesquisa

Este artigo apresenta um estudo exploratório, cujo objetivo geral consiste em conhecer as demandas dos(as) jovens e as dificuldades presentes em sua inserção enquanto sujeitos(as) de direito nos programas, serviços e projetos desenvolvidos nos CRAS de Breves/Marajó-PA. Para alcançá-lo, recorreu-se a uma estratégia de pesquisa qualitativa, cuja centralidade permite a apreensão mais aprofundada do objeto em estudo.

A adoção da abordagem qualitativa permitiu considerar as trajetórias de vida e as experiências sociais dos sujeitos, contemplando, na análise, sua participação (Martinelli, 1999). Adotou-se o método dialético, que possui uma perspectiva teleológica e traz para o processo investigativo um equilíbrio entre as condições subjetivas e objetivas do objeto, nas quais há um movimento de contradição na constituição dos fenômenos sociais, interligados à totalidade (Prates, 2016).

A pesquisa de campo foi realizada na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMTRAS) e em três CRAS da cidade de Breves-PA, município com a maior população de todo o Arquipélago do Marajó e com a maior infraestrutura de equipamentos públicos da região. Ressalta-se que a pesquisa foi realizada durante a pandemia da COVID-19, o que demandou modificações na metodologia do trabalho, principalmente quanto à limitação do número de participantes e à redução das observações.

A pesquisa seguiu todos os princípios éticos recomendados pelas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº 196, de 10/10/96, e nº 251, de 07/08/97, tendo sido aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Quanto aos participantes, foram selecionados(as) usuários(as) e profissionais que atuam na Política de Assistência Social. No caso dos(as) profissionais, adotou-se como critério de inclusão que os(as) integrantes da Equipe de Gestão e das Equipes Técnicas estivessem atuando há pelo menos um ano nesses espaços, em razão da alta rotatividade de profissionais existente na SEMTRAS e nos CRAS. Já o critério para inclusão dos(as) jovens era que tivessem sido atendidos(as) em pelo menos um programa, serviço ou projeto de um dos CRAS pesquisados. A coleta de dados contou com duas técnicas

distintas: observação sistemática e entrevistas semiestruturadas, aplicadas de forma simultânea durante os três meses de trabalho de campo.

A observação sistemática foi realizada junto a gestores(as), assistentes sociais, pedagogos(as), orientadores(as) sociais e jovens. Compreende-se que “[...] observar não é um simples olhar, mas destacar de um conjunto aquilo que é específico, prestando atenção em suas características; é abstrair do contexto dimensões singulares” (Prates, 2010, p. 17). A observação sistemática foi utilizada na fase exploratória, durante visita a um CRAS, e, posteriormente, no momento das entrevistas.

Além das observações, foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas — cinco com profissionais das equipes técnicas e de gestão, e três com jovens atendidas nos CRAS. Essa técnica “[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (Triviños, 2011, p. 146).

Antes da realização das entrevistas, procedeu-se à apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos(as) participantes. Na ocasião, foram informados(as) sobre os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa, com ênfase na voluntariedade da participação e no sigilo das informações pessoais, acessíveis apenas às pesquisadoras. Após a leitura e o esclarecimento de eventuais dúvidas, os(as) participantes assinaram o TCLE, recebendo uma via do documento.

Os dados obtidos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo temática, compreendendo três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação) (Bardin, 1977). De acordo com Prates (2010), a análise de conteúdo se destaca como a principal técnica para a sistematização dos dados, pois consiste em um conjunto de estratégias que facilitam o processo de interpretação da comunicação. Segundo a autora, esse tipo de análise volta-se aos produtos resultantes da ação humana, que se explicitam por meio das ideias, e não apenas pelas palavras em si.

O Arquipélago do Marajó

O Arquipélago do Marajó possui um vasto território situado ao norte do Estado do Pará, banhado pelos rios Amazonas e Tocantins, além do Oceano Atlântico. Sua extensão é de aproximadamente 50.000 km², com uma população de 591.064 (quinhentos e noventa e um mil e sessenta e quatro) habitantes, conforme o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022. A mesorregião do Marajó está dividida em três

microrregiões (MRG): Arari, Furos de Breves e Portel. O arquipélago é composto por 17¹ municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTSAM) do ano de 2007, o Marajó é uma região extremamente rica em recursos hídricos e biológicos, sendo a maior ilha flúvio-marítima do mundo. O documento destaca que sua realidade está intrinsecamente ligada ao contexto amazônico, tanto pelas características ambientais quanto pela história marcada por intensas transformações econômicas e sociais, que influenciaram a organização familiar e as estratégias de sobrevivência da população local.

Destarte, infere-se que o Marajó também tem sua história marcada pelos ciclos de desenvolvimento. Nesse sentido, os ciclos de exploração da borracha e da madeira são os principais, pois de acordo com Tavares (2008), muitos seringais se localizavam na região do Marajó, sendo que até a década de 1870 os municípios de Breves, Anajás e Melgaço se destacavam na exploração deste produto. Já a exploração da madeira é praticada há bastante tempo como meio de complementar a renda das famílias ribeirinhas. Entretanto, nos anos 2000 a exploração se intensificou e grandes madeireiras passaram a se fixar na região. Em 2004 a produção de madeira chegou a atingir o montante de 11,2 milhões m³, representando 46% do total produzido na Amazônia Legal (Veríssimo *apud* Brasil, 2007).

Segundo o Relatório Analítico do Marajó (2012) nos municípios marajoaras as condições de vida e de reprodução são estruturadas por baixos padrões de qualidade, uma vez que a falta de acesso às políticas públicas faz com que o potencial de desenvolvimento econômico existente não seja aproveitado. Isso gera dependência dos programas sociais, no entanto, é através deles que ainda é possível reduzir as vulnerabilidades sociais enfrentadas cotidianamente pelas famílias (UFPA; MDA, 2012).

Como principais atividades econômicas o PDTSAM (2007) destaca a atividade agrícola, que se volta principalmente para a subsistência e tem como principal produto a mandioca; a pecuária bovina e bubalina; a suinocultura; a pesca; o extrativismo vegetal, com grande destaque para a madeira e o açaí; e o turismo, visto que a região tem nas suas praias, igarapés, bem como nas atividades culturais importantes atrativos. Às atividades ligadas à pecuária, especialmente à bubalina, estão mais presentes na porção do arquipélago em que os campos

¹ A inclusão do município de Oeiras do Pará foi feita por meio do Decreto nº 2.129, de 20 de janeiro de 2022, editado pelo governo estadual.

naturais são predominantes. Já as atividades relacionadas ao extrativismo concentram-se nas áreas de florestas (UFPA; MDA, 2012).

Analisando as grandes problemáticas educacionais que o Marajó enfrenta, Rodrigues (2016) fala que a região possui um histórico de déficit social, onde a economia se assenta no setor primário e depende de repasses financeiros do governo federal. Destaca que a população marajoara é essencialmente jovem, que cresce exponencialmente e demanda políticas públicas que considerem suas particularidades, favorecendo suas potencialidades de modo a produzir melhorias em suas condições de vida (Rodrigues, 2016).

A partir desta contextualização acerca do Arquipélago do Marajó, segue uma caracterização do município de Breves, lócus da pesquisa de campo, que se destaca por ser a maior cidade do Marajó, tanto em termos populacionais quanto na infraestrutura de serviços.

Segundo dados do IBGE (2019), o município de Breves tem uma área territorial de 9.566,572 km² e faz parte da microrregião chamada de Furos de Breves, contando, no ano de 2022, com uma população total de 106.968 (cento e seis mil novecentos e sessenta e oito) habitantes. Está dividida em 4 (quatro) distritos: Antônio Lemos, Breves, Curumú e São Miguel dos Macacos. Assim como os demais municípios do Arquipélago do Marajó, o acesso a Breves se dá predominantemente por via fluvial, sendo que as viagens de navio que partem diariamente de portos localizados em Belém têm duração mínima de 12 horas. A demora desse deslocamento configura um dos principais desafios para quem precisa sair ou chegar ao município.

O município de Breves possui uma conformação territorial que além de comportar a sede do município, também é marcada pela existência de muitas localidades² que se desenvolveram ao longo dos furos de rios e que concentram grande parte da população do município. Como a maioria das cidades amazônicas, Breves também foi construída às margens de um rio, que neste caso é o Parauáu.

Um dos elementos considerados mais importantes para desvendar a realidade desse município é a análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que, no ano de 2010, era de 0,503³. Com esse índice, Breves figura entre o grupo de municípios que apresentam desenvolvimento humano baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599)⁴.

² Breves (2015 *apud* Rodrigues, 2016) afirma que no meio rural brevense existem aproximadamente 170 (cento e setenta) localidades.

³ De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,284, em 1991, para 0,503, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade da Federação (UF) passou de 0,493 para 0,727. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,233), seguida por Longevidade e por Renda. (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

⁴ Os municípios que compõem o Marajó Ocidental são os seguintes: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves,

Nesse cenário, as juventudes correspondem a 29,39% da população brevense (IBGE, 2022) constituindo o maior segmento populacional, que é um dos mais afetados pelo aumento da insegurança, caracterizada por condições de violação de direitos que impedem a garantia de cidadania.

Para Guimarães (2021), os municípios marajoaras apresentam oportunidades limitadas para que as juventudes acessem o nível médio e superior, onde a ausência de planos municipais de saneamento básico, bem como a ausência de políticas de cultura e lazer contribuem para o acirramento das desigualdades.

No que tange às demandas das juventudes, a temática da inserção no mundo do trabalho é uma das que mais se destacam. No entanto, o direito ao trabalho passa longe de ser garantido no contexto da realidade brevense uma vez que há um “baixo grau de estruturação dos seus mercados de trabalho evidenciado pela maior incidência de trabalho desprotegido” (Silva; Lima, 2019, p. 49).

Perfil das jovens e suas demandas para o atendimento nos CRAS de Breves-Marajó/PA

Conhecer o perfil das jovens entrevistadas promoveu uma aproximação com a realidade em que vivem. As entrevistas foram realizadas com três jovens pertencentes ao grupo com idades entre 18 e 24 anos que foram atendidas pelos CRAS⁵. Nesse sentido, a seguir destaca-se o perfil dessas jovens:

Quadro 01: Identificação das jovens entrevistadas

Idade	Bairro	Estado civil	Número de filhos	Com quem mora	Escolaridade
22	Jardim Tropical	Solteira	1	Filho	Ensino Médio Incompleto, cursando o 1º ano
20	Jardim Tropical	Casada	0	Marido	Ensino Médio Incompleto, cursando o 3º ano
21	Jardim Tropical	Casada	0	Marido	Ensino Superior Incompleto, cursando o 2º semestre de Ciências Naturais

Fonte: Elaboração própria (2021).

Sobre o estado civil, 1 se declarou solteira e as outras 2 informaram ser casadas. Além disso, 1 morava com o filho e as demais moravam com seus maridos em suas próprias casas.

Curralinho, Gurupá, Melgaço, Portel e São Sebastião da Boa Vista.

⁵ A Jovem 1 foi atendida no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Projeto Construindo o Amanhã, Projeto Nascer e recebeu Benefícios Eventuais, principalmente quando necessitava de cesta básica; a Jovem 2 foi atendida no programa ACESSUAS Trabalho e cursos profissionalizantes; a Jovem 3 foi atendida no Projeto Construindo o Amanhã.

Com relação à escolaridade, 2 estavam cursando o Ensino Médio⁶ – uma no 1º ano e outra no 3º ano – ambas com as atividades escolares suspensas no período em que as entrevistas foram realizadas, em razão da pandemia de Covid-19⁷. Apenas 1 entrevistada estava matriculada no Ensino Superior, cursando Ciências Naturais.

As jovens são moradoras do bairro Jardim Tropical, localizado na periferia do referido município e no momento da entrevista todas estavam estudando. Oriundas do meio rural marajoara, migraram com suas famílias para Breves, em busca de melhores condições de vida. Ao chegar à cidade, passaram a morar com suas famílias em ocupações que sofrem com a ausência de água potável, postos de saúde, escolas, saneamento básico e condições de habitacionais adequadas.

Apresentam um perfil com destaque para o atraso escolar vivenciado pelas Jovens 1 e 2 e a precarização do trabalho, cujos baixos salários se destacam. Esta precarização ocorre especialmente no âmbito do trabalho em “casas de família”, que foi apontado enquanto alternativa frente à impossibilidade de inserção no mercado de trabalho formal, mesmo que o salário fosse de, no máximo, R\$300,00 (trezentos reais) por mês conforme elas informaram.

São essas vivências que as levaram a buscar atendimento no CRAS, pois reconhecem nesse espaço um lugar onde podem acessar seus direitos. A Jovem 1 frequenta o CRAS desde os dez anos de idade, quando foi inscrita por sua mãe nos serviços:

Desde quando eu era pequena. Eu era, eu estudava desde que eu tinha, desde quando eu tinha 10 anos eu comecei no CRAS, aí com 16 a gente saía, né. Aí, participei de muitas coisas, fez muita apresentação, aí mudava. O primeiro que eu participei foi em frente à câmara, depois quando ainda não tinha aqui o do Jardim Tropical, aí nós fomos pro do Santa Cruz (Jovem 1, 2021).

Na época da pesquisa, essa jovem – então com 22 anos de idade – vinha sendo atendida no CRAS havia 12 anos, com persistência das demandas que a levaram a procurá-lo pela primeira vez. Ela listou os diversos cursos que fez no âmbito do CRAS: garçonete, doces e salgados natalinos e informática básica.

Após a identificação do perfil das jovens, indagou-se sobre suas percepções quanto a efetivação de ações para jovens, no âmbito dos programas, serviços e projetos desenvolvidos nos CRAS. A Jovem 1 refletiu que a cidade tem muitos jovens, pouco aprendizado e que “não

⁶ Apesar das jovens não terem concluído a Educação Básica até os 18 anos, ambas não cursavam o ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

⁷ A pandemia de covid-19 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no dia 11/03/2020, momento em que os casos da doença já haviam se espalhado por muitos países, o número de mortos já era de 4.291 (quatro mil duzentos e noventa e um) e a preocupação quanto a disseminação da doença era muito grande.

tem algo ligado pros jovens" (Jovem 1, 2021), destacando a ausência de uma política pública para as juventudes.

Relatam que nunca tiveram dificuldade para conseguir atendimento nos CRAS. Entretanto, afirmam que as dificuldades surgiram quando já estavam participando das atividades. Sobre a estrutura disponível para atendimento, as entrevistadas avaliaram como inadequada, uma vez que se trata de prédios alugados, que não foram construídos para funcionar como CRAS e que, por isso, não contam com salas suficientes para atender a população. Outra questão levantada é a insuficiência de materiais para o desenvolvimento das atividades, o que acaba prejudicando o andamento dos serviços e projetos.

Destacaram que nunca tinham sido atendidas por outros programas ou serviços voltados para as juventudes fora da PAS. Sobre as necessidades diferenciadas que se apresentam para as juventudes, refletiram que “[...] Precisa de mais atenção acho, pros jovens brevenses, a gente tem pouca oportunidade aqui... em todas as áreas, de todas as maneiras [...]” (Jovem 1, 2021).

Nas entrevistas, trouxeram a percepção de que existem poucas iniciativas para atender às juventudes, pois mesmo as que são desenvolvidas pelos CRAS não conseguem dar conta das demandas, principalmente no que diz respeito aos cursos de preparação para o mundo do trabalho, que, segundo elas, não proporcionam experiências práticas.

As jovens 2 e 3 não consideraram de imediato as necessidades específicas, mas tiveram outra percepção quando foram indagadas se para jovens era mais difícil conseguir trabalho, por exemplo. Segundo a Jovem 2 “[...] com certeza é mais difícil. Tem... eu já fui, tipo aqui na Padaria Kauã, eu fui levar um currículo lá [...] só que eles não queriam daquela idade, que eu acho que era de dezenove, dezoito anos, entendeu? [...]” (Jovem 2, 2021). Observa-se que as jovens identificam todas as dificuldades que as juventudes têm que enfrentar. Entretanto, elas não haviam refletido sobre as especificidades que fazem as necessidades serem diferenciadas ao ponto de demandarem a implementação de uma rede de atendimento.

A Jovem 2 fez uma abordagem mais ligada às possibilidades de trabalho que os cursos podem trazer. Para ela, tais possibilidades, no que condiz ao trabalho, são muito remotas, porém, seu cadastro junto ao CRAS lhe dá prioridade para a participação nos cursos ofertados.

Elas consideram que tiveram suas necessidades atendidas em parte, destacando o conhecimento que adquiriram por meio das atividades em que participaram. A Jovem 2 reitera que sua maior expectativa – ainda não atendida – era a inserção no mundo do trabalho. Segundo ela, tal expectativa não pôde ser contemplada devido às formações terem como objetivo a geração de emprego e renda por meio do empreendedorismo, que para ela não era possível devido a ausência de recursos financeiros para investir na abertura do próprio negócio.

A partir de suas experiências com os atendimentos recebidos, as entrevistadas refletiram sobre as limitações nas ações para os(as) jovens. A principal limitação apontada referiu-se ao fato de que as ações voltadas à formação para o mundo do trabalho – cujo maior representante são os cursos de geração de renda – não contemplam uma parte prática que segundo elas seria essencial para que tivessem mais oportunidades.

Esse contexto faz aumentar o número de jovens que desejam mudar de cidade em busca de melhores oportunidades. A Jovem 1 fala “[...] Indo embora, aqui é uma cidade muito boa de se viver, em relação a vida, as coisas de, tipo as coisas que a gente gosta de comer. [...] mas em relação a tu ter teu emprego, ter teu trabalho, te sustentar, ter o teu ganho próprio é muito dificultoso. [...] (Jovem 1, 2021). A jovem fala que muitas vezes o trabalho existe, mas os(as) jovens não estão qualificados. Tal reflexão remete a uma realidade cujo acesso dos(as) jovens brevenses ao ensino superior ainda é limitado, quando comparado ao número de jovens que concluem o ensino médio todos os anos. Diante disso, postos de trabalho que exigem maior qualificação quase sempre são ocupados por pessoas vindas de fora.

Análise das limitações dos serviços socioassistenciais para jovens nos CRAS

A categoria “Limitações no atendimento das juventudes” emerge da análise das entrevistas com profissionais da gestão e das equipes técnicas dos CRAS, abordando questões relacionadas às dificuldades para a realização do trabalho com os(as) jovens dentro dos CRAS. No que diz respeito às limitações, seis temas se destacaram em termos de frequência, com recursos e infraestrutura sendo o mais mencionado, seguido pela falta de subsídios financeiros, ausência de acompanhamento, ausência de formação para trabalhar com jovens, falta de planejamento específico e ausência da secretaria de juventude.

795

Quadro 02 - Análise de conteúdo: limitações no atendimento das juventudes

Categorias empíricas	Registro das expressões classificatórias
Recursos e infraestrutura	“[...] E... essa infraestrutura também limita né, o trabalho. Aí tem a questão dos recursos né, a Assistência a gente sabe que ela é a prima pobre, que a gente fala, então já há um recurso é... menor de que das outras políticas né. Comparando, então é um recurso básico pra desenvolver os serviços” (Participante 5, 2020).
Falta de subsídios financeiros	“[...] Ora, se as pessoas, o público-alvo são pessoas em vulnerabilidades sociais e econômicas, teoricamente essas pessoas, elas não têm um recurso inicial. Então, por exemplo, dum público de vinte, cinco vão tentar iniciar por conta própria. Outras, vai ficar ali, o diploma, o certificado engavetado, porque não tiveram oportunidade, não tiveram o incentivo financeiro inicial” (Participante 1, 2020).
Ausência de acompanhamento dos(as) jovens	“[...] E outra coisa, é o acompanhamento e a assistência contínua... da política pública, da assistência... entendeu, porque essas famílias, elas precisam ser inseridas em acompanhamento, pra vê de que forma ela tá conseguindo trabalhar com isso” (Participante 1, 2020).

Ausência de formação para trabalhar com jovens	“Acho que também um dos, além desses que eu te falei dos recursos, da estrutura é... vamo dizer assim, a falta de... até mesmo pra gente, uma formação pra gente trabalhar, entendeu” (Participante 4, 2020).
Falta de planejamento específico	“Não tem uma autonomia de pensar e aí tu automaticamente poderia incluir questões dessa juventude. [...] Então, nós temos que reinventar isso aí e aí eu penso que o nosso principal problema são essas limitações impostas pela gestão, que acaba não tendo um planejamento específico pra determinadas ações [...]” (Participante 3, 2020).
Ausência da Secretaria da Juventude	“Hoje, nós não temos uma Secretaria da Juventude [...]. E isso já é um grande problema, porque por exemplo, se tu tens uma necessidade específica, então o governo já tinha que ter mandado um projeto de lei pra Câmara, criando a questão da secretaria, estabelecendo políticas pra juventude e criando efetivamente ações direcionadas pra esse segmento, pra que os CRAS possam atuar de forma verdadeira” (Participante 3, 2020).

Fonte Elaboração própria (2021).

Os recursos e infraestrutura limitados foram apontados como um dos principais obstáculos existentes na realização do trabalho com jovens. Há um entendimento de que a redução de recursos para a PAS, bem como a infraestrutura cada vez mais precarizada, fazem com que a qualidade do atendimento caia consideravelmente, o que também leva a uma redução no número de serviços implementados e de usuários(as) atendidos(as). Para as juventudes, que ainda não tem uma política de atendimento consolidada, isso reflete na redução dos programas, serviços e projetos específicos.

Outra limitação relatada foi a falta de subsídios financeiros para os(as) jovens que concluem os cursos de geração de renda, pois, conforme relata o(a) Participante 1, eles(as) não têm condições financeiras de iniciar um negócio por conta própria. Assim, muitos(as) concluem os cursos, mas não conseguem colocar em prática a qualificação recebida. Observa-se que os(as) jovens fazem os cursos com a esperança de que possam ter uma ocupação, mas quando se deparam com a realidade de falta de subsídios, percebem que terão apenas mais um certificado “engavetado”, e que segundo suas próprias narrativas, nada mudará em suas vidas.

Compreende-se que a limitação de recursos destinados a PAS contribui para que esses subsídios não sejam disponibilizados, pois a realidade demonstra que as ações são cada vez mais focalizadas e não contam com o orçamento necessário, o que torna cada vez mais difícil a implementação destas ações.

Junto à falta de subsídios financeiros, está a ausência de acompanhamento dos(as) jovens que participam das atividades de qualificação profissional. Segundo o(a) Participante 1, existem muitas dificuldades para que esse acompanhamento aconteça, e isso é reflexo da falta de recursos adequados, que faz com que as equipes técnicas que trabalham nos CRAS sejam reduzidas e não consigam realizar esse acompanhamento.

Outra questão pontuada foi a ausência de formação para trabalhar com jovens, considerando que por se tratar de um público específico, existem particularidades que precisam ser observadas, até mesmo para que não se corra o risco de reproduzir estigmas. Quando a(o) Participante 4 afirma sentir falta de que a gestão promova uma formação para que os(as) profissionais possam trabalhar com jovens, está destacando justamente a necessidade de conhecer as especificidades desse público.

A falta de planejamento específico para pensar o atendimento do segmento também é um fator que limita o trabalho que vem sendo realizado. Percebe-se que os(as) participantes reconhecem limitações na questão do planejamento que são impostas pela gestão, que acaba não contemplando as juventudes.

Uma outra limitação identificada é a inexistência, na prática, de uma secretaria específica para a juventude no município. Embora o site da Prefeitura de Breves registre a Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEMEL), não há disponibilidade de informações básicas de contato. Considerando suas atribuições formais e os dados de campo, verifica-se que não ocorre trabalho em rede entre a SEMEL e a assistência social, pois os(as) profissionais entrevistados(as) desconhecem ações ou serviços da secretaria voltados ao atendimento das juventudes.

Discussão

Os achados da análise de conteúdo convergem com a perspectiva crítica apresentada por Scherer (2015), cujas reflexões apontam que as políticas sociais de atendimento para as juventudes assumem uma feição neodesenvolvimentista que tensiona um processo de (des)proteção social. Neste trabalho tal assertiva foi evidenciada pela baixa efetividade no atendimento de demandas das jovens usuárias dos CRAS e o acesso limitado às políticas setoriais. Nesse sentido, a insuficiência de políticas voltadas à garantia de proteção social contribui para um cenário de insegurança, marcado pela ausência de políticas específicas para garantia de direitos das juventudes.

Essa realidade observada dialoga diretamente com a crítica desenvolvida por Gershenson e Scherer (2016), para quem as políticas destinadas às juventudes operam sob uma “promessa civilizatória perversa”. Para os autores, tal promessa está “[...] calcada em um constructo ideológico fetichizado que refere que, por meio do acesso ao emprego, as manifestações da (des)proteção serão enfrentadas [...]” (Gershenson; Scherer, 2016, p. 167). Assim, é como se a qualificação profissional fosse suficiente para assegurar a inserção no mundo do trabalho e, consequentemente, garantir segurança e proteção.

Nesse contexto, a assistência social também é atravessada por essa racionalidade, operando sob a lógica da promessa civilizatória que privilegia respostas focalizadas e voltadas à empregabilidade. É justamente essa dinâmica que se evidencia no atendimento socioassistencial às jovens em Breves, pois embora estejam inseridas em uma política que deveria assegurar “atendimento às necessidades básicas” (Brasil, 1993), o que acessam são ações fragmentadas, cursos precarizados e oportunidades restritas, que não correspondem às suas expectativas de formação profissional nem às necessidades concretas de inserção no mundo do trabalho.

Embora as juventudes tenham vivenciado avanços importantes nos mecanismos de garantia de proteção social — especialmente com a criação da Política Nacional de Juventude (2005) e do Estatuto da Juventude (2013) — persistem situações de pobreza, violência e precariedade no acesso ao trabalho, revelando os limites impostos pela sociabilidade capitalista (Gershenson; Scherer, 2016). Para os autores, esses avanços não eliminam a lógica de (des)proteção presente nas políticas sociais brasileiras, marcada por ações fragmentadas, pontuais e precarizadas que, em vez de assegurar direitos, acabam por reforçar a lógica de reprodução do capital.

Assim, um dos principais desafios para que as políticas sociais de atendimento às juventudes sejam efetivadas diz respeito à dificuldade para garantir uma articulação intersetorial entre tais políticas (Gershenson; Scherer, 2016). Quanto a isso, os achados da pesquisa indicam que no que se refere a PAS, não é realizado um trabalho intersetorial junto às demais secretarias, o que contribui para o agravamento das situações de violações de direitos humanos. A PAS recebe inúmeras demandas específicas, as quais não consegue atender em virtude não só da falta de orçamento, mas também porque as ações não são planejadas de modo a compreender as particularidades desse público, tampouco se fala em participação efetiva desses sujeitos nos espaços de tomada de decisão.

Nesse sentido, Pereira (2016) aponta que a acumulação simultânea de riqueza e pobreza, própria do capitalismo, obriga o capital a criar estratégias para enfrentar suas crises, seja pela legitimação, por meio de medidas socialmente protetivas, seja pela reprodução, convertendo tudo em mercadoria. Inserido nessa totalidade contraditória, o campo do bem-estar atende a interesses diferenciados, ainda que estruturalmente vinculado às classes dominantes. Assim, a proteção social deve ser entendida não como sinônimo dos serviços socioassistenciais da proteção básica, mas como um conjunto mais amplo de políticas sociais inscritas nesse contexto contraditório.

Essa contradição apontada por Pereira (2016) abre a possibilidade para que os(as) profissionais que atuam nas políticas de proteção social em suas múltiplas áreas (educação, saúde, assistência, trabalho) sejam críticos e propositivos, pois as disputas internas tensionam se as ações empreendidas irão caminhar para o atendimento das necessidades sociais dos sujeitos ou se serão pautadas pela lógica da meritocracia com o implemento de ações focalizadas.

Corroborando essa concepção ampliada e contraditória de proteção social, os achados da pesquisa indicam que no interior dessa proteção social, a assistência social — materializada nos CRAS — desempenha um papel estratégico, pois pode ser trabalhada de modo a contribuir para o fortalecimento das lutas sociais, uma vez que muitos jovens acessam seus direitos por meio deles. Tem-se nos espaços pesquisados uma série de contradições, onde há o entendimento de que as lutas e os direitos conquistados pelas juventudes são legítimos, mas ao mesmo tempo observa-se a implementação de políticas focalizadas e voltadas quase que em sua totalidade para o incentivo ao empreendedorismo, que é alardeado como a principal saída para compensar a ausência de uma política de trabalho.

Os serviços e os projetos do CRAS são percebidos pelas jovens entrevistadas enquanto oportunidade de terem acesso a conhecimento, tanto no que se refere à formação cidadã, quanto à uma formação voltada para o mundo do trabalho. No entanto, Scherer (2015) destaca que no âmbito da PAS enquanto uma das dimensões específicas da proteção social, predominam programas e ações voltadas à transferência de renda e à qualificação profissional, por meio de cursos voltados para a geração de emprego e renda, conforme os achados desta pesquisa também indicam.

Compreende-se que há necessidade de maiores avanços no que diz respeito ao trabalho em rede dentro dos CRAS, articulados à uma política de trabalho implementada em âmbito municipal para garantir o direito dos(as) jovens ao trabalho. Estes avanços também perpassam pela criação de uma política de atendimento para as juventudes, bem como pelo fortalecimento de grupos que trabalham em defesa dos direitos e da participação dos(as) jovens nos diferentes espaços.

No entanto, as ações específicas para as juventudes não contam com o investimento necessário, o que torna a experiência limitada, principalmente no que diz respeito à oferta de cursos alinhadas às suas expectativas, qual seja uma formação crítica que esteja voltada para o mundo do trabalho, e não apenas à geração de renda por meio da venda de doces e salgados, crochê etc.

Segundo Costa (2018), apesar de constatar-se que a PAS incorpora várias políticas públicas que impulsionam os direitos das juventudes, tais ações demonstram uma aparente limitação no que diz respeito à intersetorialidade. Tal afirmação se sustenta no fato de que grande parte da demanda da secretaria analisada por ela, concentra-se no gerenciamento dos serviços socioassistenciais previstos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e nas suas palavras, ainda existe um distanciamento e pequena participação de outras secretarias existentes no município na elaboração e execução das atividades para jovens (Costa, 2018).

Corroborando tal afirmação, observa-se que de fato ocorre uma secundarização das ações para as juventudes. Na realidade marajoara, a secundarização, citada por Costa (2018), também está presente quando se verifica que em grande parte dos municípios não há uma secretaria de juventude para planejar e implementar ações, conforme também se verificou no caso do município de Breves.

Outro ponto diz respeito a falta de reconhecimento das juventudes, que faz com que o segmento não tenha suas demandas contempladas dentro dos serviços socioassistenciais. As particularidades de raça, gênero, classe e território são pouco trabalhadas, em um contexto que não oportuniza aos(as) jovens condições de acessar os bens de consumo coletivos indispensáveis ao seu desenvolvimento humano (Gershenson; Scherer, 2016).

A ampliação de iniciativas que possam contemplar os grupos identificados como “jovem-jovem” e “jovem-adulto” ainda é um desafio, na medida em que há uma reduzida oferta de programas e projetos para os(as) jovens de 18 a 29 anos, somado ao fato de que o segmento de 15 a 17 anos conta com projetos socioassistenciais que são ofertados no âmbito da PAS, mas que são planejados para crianças e adolescentes (Costa, 2018).

Nesse sentido, a análise do Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021 revelou apenas uma ação específica voltada às juventudes no eixo da Proteção Social Básica: o fortalecimento de iniciativas destinadas a jovens em situação de vulnerabilidade, com foco na permanência escolar e na inserção no mercado de trabalho (Breves, 2018). O fato de essa ser a única ação direcionada ao segmento evidencia a prioridade dada pela gestão ao entendimento de que a educação deve ser reforçada como meio para viabilizar o ingresso dos(as) jovens no trabalho. Nesse sentido, o plano estabelece como meta a articulação em rede, prevista por meio de parcerias e cooperação intersetorial.

Segundo Baptista (2008), as abordagens presentes nas políticas sociais destinadas às juventudes revelam a própria disputa de interesses no interior do Estado. Historicamente, essas políticas reproduzem uma hierarquia de classe ao definir projetos educativos e profissionais distintos, nos quais jovens ricos têm acesso a uma formação de qualidade, enquanto os jovens

pobres recebem uma formação técnica e aligeirada voltada às demandas do mercado. Nesse sentido, torna-se necessário refletir sobre como se estruturam as ações voltadas à inserção dos(as) jovens das camadas populares no mundo do trabalho, considerando que tais iniciativas esbarram nos limites do próprio modo de produção e, portanto, não podem ser tomadas como único critério para assegurar esse direito.

Nesse ínterim, as ações direcionadas para as juventudes voltam-se para a qualificação profissional voltada para uma possível inserção em um mercado de trabalho que a cada dia está mais restrito. Nessa conjuntura, mais do que nunca é necessário o desenvolvimento de ações específicas para as juventudes, levando em consideração suas particularidades em todos os níveis de complexidade (Scherer, 2015).

No caso do município de Breves, para que a ação proposta no Plano Municipal de Assistência Social 2018–2021 pudesse ser desenvolvida, identificamos duas outras ações que estão a ela relacionadas, ambas inseridas na área da Gestão. São elas: “Desvinculação da política de Trabalho da SEMTRAS e criação da Secretaria Municipal do Trabalho e Renda” (Breves, 2018, p. 44) e “Firmar parcerias com instituições provedoras de oportunidades de acesso à qualificação profissional” (Breves, 2018, p. 45).

Para propor a desvinculação, o plano prevê como atividade principal a tramitação e aprovação de uma lei municipal que ordene a PAS e a Política de Trabalho no município. Assim, a meta era de que a implementação da política de trabalho no município fosse feita no período de 2019 a 2020. Entretanto, verificou-se que a política de trabalho continua a ser desenvolvida em conjunto com a assistência social, por meio de uma mesma secretaria.

Esta vinculação da Política de Trabalho à PAS é uma realidade que está presente até mesmo a nível estadual, conforme já observado por Carneiro, Vieira e Araújo (2019), na análise da realidade institucional da gestão da PAS no norte e nordeste. Nos três estados pesquisados a PAS é associada a outras políticas setoriais. No caso do estado do Pará, o órgão era denominado Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, ou seja, agrega as políticas de Trabalho e Assistência Social (Carneiro; Vieira; Araújo, 2019).

As autoras analisam que o fato de as políticas sociais, no caso em questão as políticas de trabalho e assistência social, estarem em um único lócus de execução de políticas públicas, pode facilitar a integração e a complementaridade das ações entre elas. Entretanto, destacam que, conforme explica Boschetti (2016), identifica-se uma tensão inerente entre trabalho e assistência social. Essa tensão também está presente no planejamento da SEMTRAS, onde existe a percepção de que há a necessidade de criação de uma secretaria de trabalho e renda.

Outra questão relevante refere-se a formação de parcerias institucionais para a implementação de ações para o atendimento das juventudes. Nesse sentido, os achados corroboram as reflexões de Cristo (2017), que destaca a existência de uma ênfase na formação de parcerias institucionais, que eram vistas enquanto uma oportunidade de fortalecimento de projetos e serviços. Entretanto, a autora ressalta que as parcerias institucionais não podem ser compreendidas como sinônimo de trabalho intersetorial, uma vez que vai muito além disso, pois se relaciona ao *fazer juntos* as ações que possuem um objetivo em comum, podendo até mesmo ser previsto formalmente (Cristo, 2017).

Assim, comprehende-se que firmar parcerias institucionais é importante para o desenvolvimento do trabalho nos CRAS pesquisados. Entretanto, o trabalho intersetorial não se resume a isso, pois o público com que a PAS trabalha é constituído por sujeitos que sofrem os impactos de diversas expressões da questão social. Portanto, necessitam que as políticas sociais trabalhem de forma articulada, com o fim de garantir o seu acesso aos serviços de modo permanente.

No que diz respeito à formação de parcerias com as instituições, destaca-se como atividade a ser desenvolvida, a criação de convênios de cooperação técnica com instituições federais e estaduais de ensino, como o Instituto Federal do Pará, a Universidade Federal do Pará e a Escola Tecnológica, com o fim de promover a realização de cursos voltados para a formação profissional de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade.

Importa observar que o fortalecimento das ações para as juventudes mais do que nunca esbarra em desafios relacionados à lógica do sistema capitalista, que não busca garantir direitos para todos(as). Scherer (2015) afirma que nessa conjuntura o trabalho intersetorial é imprescindível e não deve ter como foco o “desenvolvimento econômico”, tampouco a “formação de capital social”, mas estar ancorado na perspectiva do desenvolvimento integral, de modo a trazer possibilidades para a efetivação do acesso das juventudes aos serviços de que necessitam.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo conhecer as demandas dos(as) jovens e as dificuldades que se apresentam na sua inserção enquanto sujeitos de direito dos programas, serviços e projetos desenvolvidos nos CRAS do município de Breves/Marajó-PA. Os achados da pesquisa revelaram que as ações socioassistenciais para o atendimento das juventudes se dão de modo limitado e restrito, pois a realização de um trabalho intersetorial ainda é um desafio. Além disso, a análise indica que o atendimento ofertado não parte do reconhecimento das

especificidades dos(as) jovens, cujas demandas mais desafiadoras estão relacionadas com a formação profissional e o ingresso no mundo do trabalho.

As narrativas de jovens e profissionais indicam que, mesmo em uma conjuntura regressiva que fragiliza a garantia de direitos humanos, houve avanços no reconhecimento das juventudes como sujeitos de direito no âmbito da PAS. No entanto, no contexto marajoara, as dificuldades para implementar serviços que contemplem a integralidade dos territórios são ainda mais intensas. Esse quadro se agrava diante do sucateamento das estruturas dos CRAS, da interrupção de projetos e do risco de fechamento de equipamentos sociais por falta de recursos.

As demandas que permanecem sem atendimento e as limitações do atendimento socioassistencial tensionam um processo de insegurança. O contexto de regressão das garantias de direitos evidencia contradições inerentes à implementação das políticas sociais: embora haja avanços no reconhecimento dos(as) jovens como sujeitos de direito, a invisibilidade social continua se reproduzindo dentro dos próprios equipamentos públicos. Esse processo é reforçado pelo desconhecimento das particularidades socioculturais da região e pelas restrições de acesso aos programas, serviços e projetos, o que contribui para o acirramento das desigualdades sociais no Marajó.

No que se refere às contribuições deste estudo, espera-se oferecer subsídios para o atendimento no âmbito da PAS, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento do protagonismo juvenil nos programas, serviços e projetos dos CRAS, considerando a importância de que estes possam dialogar e interferir de forma contínua no planejamento.

Quanto às limitações da pesquisa, decorrem, em parte, da pandemia de Covid-19, que reduziu o alcance do trabalho de campo ao interromper os serviços dos CRAS e dificultar o contato com os(as) jovens. Soma-se a isso o fato de somente mulheres jovens terem participado do estudo, o que, embora não fosse o foco da análise, evidencia como o marcador de gênero incide nas trajetórias dessas jovens, influenciando aspectos como o acesso aos cursos ofertados e a continuidade dos estudos. Essa constatação demonstra a existência de demandas para que pesquisas futuras trabalhem questões relacionadas ao gênero.

A realização de investigações que tenham a finalidade de elucidar questões pertinentes às demandas de proteção das juventudes que vivem na Amazônia apresenta grande relevância, uma vez que evidenciam o quanto ainda é necessário caminhar para a garantia do acesso à oportunidades para o desenvolvimento integral. Nesse sentido, destaca-se a importância da PAS na viabilização de ações socioassistenciais que tenham centralidade nas juventudes, efetivando o seu reconhecimento como sujeitos de direito.

Referências bibliográficas

- AQUINO, L. M. C. de. Introdução. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (org.) *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009. 303 p.
- BAPTISTA, T. A. Juventude, educação e trabalho: discursos e práticas sobre mosaico da juventude no Rio de Janeiro. In: BEHRING, E. R.; ALMEIDA, M. H. T. de. (org.). *Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/ UERJ, 2008.
- BARBIANI, R. Mapeando o discurso teórico latino-americano sobre juventude(s): a unidade na diversidade. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 138 153, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/1051>. Acesso em: 02 mar. 2020.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BARBOSA, R. B.; BEGA, M. T. S. A centralidade do trabalho e o jovem “nem-nem”. In: XV Encontro Nacional da EBET, 15, 2017, Rio de Janeiro. *Anais [...] Rio de Janeiro: 2018. Tema: Trabalho, crise e desigualdades: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea.* Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343432078_A_CENTRALIDADE_DO_TRABA_LHO_E_O_JOVEM_NEM-NEM. Acesso em: 03 mar. 2021.
- BRASIL. Governo Federal, Governo do Estado do Pará. *Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó*. Brasília: PDTSAM, 2007. 313 p.
- BREVES. Prefeitura Municipal de Breves. Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social. *Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021*. Breves, PA: Prefeitura Municipal de Breves, 20 dez. 2018.
- CARNEIRO, A. M. F.; VIEIRA, M. C.; ARAÚJO, M. S. S. Qualificando a Política de Assistência Social nos estados do Pará, Maranhão e Ceará e nos municípios da amostra da pesquisa empírica. In: SILVA, M. O. S. (coord.). *O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste: realidades e especificidades*. São Paulo: Cortez, 2019. p. 55-80. ISBN 978-85-249-2748-5.
- CASTRO, E. G de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 7, n. 1, p. 179-208. 2009.
- COSTA, T. I. A. *Viver é melhor que sonhar: uma análise de políticas públicas de juventude no município de Mossoró-RN*. 2018. 148f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2018.
- CRISTO, L. A. *Proteção Social e Juventude: unificação do Projovem Adolescente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV em Manaus*. 2017. 173f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, 2017.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. In: FÁVERO, O. et al. (org.). *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p.
- ESTEVES, L. C. G.; ABRAMOVAY, M. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, Lisboa. *Anais [...] Lisboa: 2008. p. 1-14.* Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/254.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2016. Tema: Mundos sociais: saberes e práticas.

- GERSHENSON, B.; SCHERER, G. A. Uma promessa civilizatória perversa: as políticas públicas e juventudes na era neodesenvolvimentista. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 160 - 170, jan./jul. 2016.
- GUIMARÃES, J. T. da S. Direitos humanos de crianças e adolescentes no arquipélago do Marajó/PA: desafios e possibilidades do território. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 13, n. 25. 2021.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social em tempos de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- MACÁRIO, E.; JÚNIOR, N. R.; SILVA, R. A. Trabalho e questão social no Brasil contemporâneo: para uma crítica ao neodesenvolvimentismo. In: MACÁRIO, E.; JÚNIOR, N. R.; VALE, E. S. (orgs.). *Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão social*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2016.
- PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, v. 25, p. 139-165, 1990. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282670420_A_Construcao_Sociologica_da_Juventude_-_alguns_contributos. Acesso em: 20 fev. 2016.
- PEREIRA, C. P. *Proteção Social no Capitalismo* – Críticas a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez Editora, 2016.
- RODRIGUES, J. M. P. *No espelho do rio o que reflete e o que “SOME”?* O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) na ótica de jovens egressos no município de Breves – Pará. Orientador: Gilmar Pereira da Silva. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- SILVA, M. O. S.; LIMA, V. F. S. A. Pontuando a realidade socioeconômica das regiões, estados e municípios espaços da pesquisa empírica. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (coord.). *O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste*: realidades e especificidades. São Paulo: Cortez, 2019. p. 37-54. ISBN 978-85-249-2748-5.
- SCHERER, G. A. *O caleidoscópio da (in)segurança*: os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes. 2015. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.
- SCHERER, G. A. *Serviço Social e arte*: juventudes e direitos humanos em cena. São Paulo: Cortez, 2013.
- TAVARES, M. G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes a formação de municípios. *Revista ACTA Geográfica*, ano 2, n. 3, p. 59-83, jan./jun. de 2008.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Relatório Analítico do Marajó*. 2012. Disponível em: sit.mda.gov.br/download/ra/ra129.pdf. Acesso em: 02 jan. 2019.
- WEISHEIMER, N. *A situação juvenil na agricultura familiar*. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- YAZBEK, M. C. Mudanças atuais no Capitalismo e perspectivas para as políticas públicas. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, número especial, p. 59-65, ago. 2010.